

Proposta de economista tem apoio

por Paulo Sotero
de Washington

As afirmações feitas ontem em Brasília por William Cline, do Instituto de Economia Internacional, de Washington, sobre a urgência de o governo brasileiro tomar medidas específicas e fortes para baixar a febre inflacionária, refletem um amplo consenso existente entre os economistas do governo americano dos organismos internacionais sediados na capital americana, dos bancos credores e dos centros de pesquisas que acompanham a evolução da economia brasileira.

Isso não significa necessariamente, contudo, que a adoção de tais medidas seja considerada como uma pré-condição para a negociação do acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional, que deve começar na semana que vem, com a chegada da missão do Fundo à Brasília.

De acordo com uma fonte familiarizada com os entendimentos já havidos entre o Ministério da Fazenda e o FMI, não há divergências teóricas entre o ministro Mailson da Nóbrega e os administradores e técnicos da instituição sobre as medidas que seriam desejáveis para estabilizar a economia brasileira e afastar o perigo da hiperinflação.

Há, contudo, óbvias limitações políticas e, agora, também econômicas — uma recessão já desencadeada — para que tais medidas, típicas de um tratamento de choque, sejam empregadas. "Na visita anterior, o Fundo insistiu em medidas mais fortes. Mas nesta última visita do ministro eles aceitaram que os esforços que o governo vem fazendo e a revisão orçamentária que anunciou, para manter o déficit público na faixa dos 4% do PIB neste ano, é tudo o que dá para fazer", disse a fonte. "O Fundo aceitou a aposta do governo brasileiro

de que é possível estabilizar a inflação num patamar alto e evitar a hiperinflação, mesmo sabendo, como o próprio governo brasileiro sabe, que uma estabilidade da inflação em 600% é uma coisa instável", afirmou a fonte.

Os fatores políticos e econômicos que limitam o programa de estabilização da economia brasileira foram amplamente antecipados num estudo de circulação restrita que o Banco Mundial divulgou no início do ano. O estudo, concluído em dezembro, dias após a saída de Luiz Carlos Bresser Pereira do Ministério da Fazenda, previa que a nova equipe econômica, liderada por Mailson da Nóbrega, encontraria enormes resistências para impor novas medidas de austeridade fiscal e, dada a falta de popularidade e de credibilidade política do governo, estaria impossibilitada de empregar seja os instrumentos ortodoxos, seja os heterodoxos, para fazer face

ao perigo da hiperinflação. No governo dos Estados Unidos, onde a visita do ministro da Fazenda, na semana passada, foi notada principalmente por não ter trazido nenhuma novidade significativa, a disposição é de aceitar o caminho traçado por Mailson e torcer para que ele leve ao resultado desejado, que é o de evitar a hiperinflação. As previsões, contudo, não são otimistas. "Qualquer programa, para funcionar, tem de ter sido concebido no Brasil, pelo governo brasileiro", disse um bem situado funcionário americano da área econômica. "O problema é que o gradualismo que o governo adotou, por razões que todos compreendemos, pode não ser o caminho certo. Você não pode pensar em soluções graduais diante de uma inflação de 600% e fora do controle, como a do Brasil". A advertência feita ontem por William Cline, em Brasília, parece refletir esta mesma preocupação.